

Gilmar Ribeiro dos Santos |  
Raíssa Cota Pales |

## Estratégias de desenvolvimento em Minas Gerais: uma análise comparada das macrorregiões de planejamento

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo comparar o desenvolvimento entre as duas macrorregiões com economias mais dinâmicas em Minas Gerais e as duas com economias menos dinâmicas historicamente, a saber, as macrorregiões Central e Triângulo com as macrorregiões Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri. Busca-se, assim, demonstrar a correlação existente entre a forma hegemônica de desenvolvimento verificada outrora por essas macrorregiões com a situação social e econômica constatada atualmente. Para tanto, foi realizado um levantamento histórico das estratégias de desenvolvimento adotadas por essas regiões e, também, uma análise comparada de alguns dados sociais e econômicos das mesmas.

### Palavras-chave

Desenvolvimento, Macrorregiões de Minas Gerais, Socioeconômico.

### ABSTRACT

*This article compares the development between two macro-regions with more dynamic economies in the state of Minas Gerais and two historically less dynamic economies, that is, it compares the macro-regions of Central and Triângulo with the macro-regions of Norte de Minas and Jequitinhonha/Mucuri. The idea is to show that a correlation does exist between the hegemonic kind of development seen in these macro-regions in the past and the social and economic condition in which they find themselves today. To this end, a historical survey has been carried out of the development strategies adopted by each one of these regions. A compared analysis has also been done of certain social and economic data from these same regions.*

### Keywords

*Development, Macro-regions in Minas Gerais State, Socioeconomic.*

## Introdução

Minas Gerais se localiza na região Sudeste do Brasil, possui área de 588.344 km<sup>2</sup> e é o estado com maior número de municípios do país: 853. Desde 1985 o governo estadual utiliza, para fins administrativos, uma segmentação do estado em Macrorregiões de Planejamento. São elas: Norte, Rio Doce, Zona da Mata, Noroeste, Central, Sul, Triângulo, Alto Paranaíba, Centro-Oeste e Jequitinhonha/Mucuri.

Existe expressiva diversidade socioeconômica entre essas macrorregiões. A grande extensão territorial, somada à sua posição geográfica central, conferiu ao estado um desenvolvimento histórico peculiar. Possui municípios no grupo seletor de melhores indicadores sociais e, também, no grupo de piores indicadores do país. Em termos de distribuição de renda e condições de vida, espelha, como poucas dentre as unidades da Federação, a condição de síntese do país. Nesse contexto, as diferenças entre as macrorregiões “mais” e “menos”<sup>1</sup> desenvolvidas de Minas Gerais são muito acentuadas, tanto no que diz respeito à renda como no acesso à educação, ao saneamento básico, à água tratada, dentre outros serviços.

O processo de desenvolvimento de Minas Gerais foi marcadamente heterogêneo. Coexistiram no estado três modalidades principais de desenvolvimento. Segundo Dulci (1999), a primeira se deu de forma praticamente natural, por meio do potencial econômico já estabelecido na região, como é o caso da Zona da Mata, no entorno de Juiz de Fora. Na segunda, o desenvolvimento foi induzido por intermédio de recursos políticos mobilizados pela região. Porém, o autor ressalta que a característica marcante do desenvolvimento mineiro não está nesses dois modelos, e sim num terceiro, híbrido, em que as potencialidades do mercado interno foram maximizadas com recursos políticos.

Nesse sentido, Minas Gerais é uma síntese do Brasil também em termos de desenvolvimento regional. Assim como o país, possui macrorregiões com enormes discrepâncias em termos de desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento regional é uma ferramenta fundamental para se pensar o desenvolvimento de Minas Gerais.

Dessa forma, é indispensável o uso do método comparativo, que nos permitirá compreender a heterogeneidade das macrorregiões de Minas, assim como nos ajudará a explicar, de forma satisfatória, alguns dos motivos das desigualdades regionais — além de ser uma ferramenta fundamental para

1. Macrorregiões “mais” desenvolvidas são entendidas aqui como aquelas mais dinâmicas economicamente e, portanto, geralmente com melhores indicadores sociais em relação às demais macrorregiões do estado. Macrorregiões “menos” desenvolvidas se aplicam à situação inversa.

interpretar a realidade socioeconômica das macrorregiões Central, Triângulo, Norte e Jequitinhonha/Mucuri.

Nessa perspectiva, o eixo de discussão aqui não são as desigualdades sociais e econômicas entre as macrorregiões em si, mas sim o desenvolvimento histórico engendrado em cada uma. Mesmo partindo de patamares diferentes, as macrorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri se conservam na posição de menos desenvolvidas, ao passo que as macrorregiões Central e Triângulo se mantêm como as mais desenvolvidas. Ao mesmo tempo, é pertinente a análise de alguns indicadores atuais da situação de cada uma delas.

Os dados contidos na Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD-MG, 2011) e no Censo 2010, sintetizados pela Fundação João Pinheiro, demonstram que os indicadores sociais e econômicos mais expressivos do estado na última década se encontram nas macrorregiões Central e Triângulo. Em contrapartida, nas macrorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri estão os indicadores menos expressivos.

Existe uma correlação entre a forma hegemônica de desenvolvimento verificada outrora por essas macrorregiões com a situação socioeconômica verificada hoje em cada uma delas? Uma análise comparativa desses processos de desenvolvimento é fundamental para tentarmos responder esta questão. Para tanto, fizemos uma retomada histórica das estratégias<sup>2</sup> de desenvolvimento adotadas por essas macrorregiões e uma análise comparada de dados sociais e econômicos das mesmas.

As condições socioeconômicas vigentes nas macrorregiões do estado não são exclusivamente reflexo do processo de desenvolvimento ocorrido nelas, já que diversos fatores podem influenciá-lo. No entanto, a realidade de cada uma hoje se deve, em certa medida, às estratégias de desenvolvimento adotadas por elas.

Primeiro, faremos aqui uma exposição, separadamente, das principais estratégias de desenvolvimento experimentadas por cada uma das quatro macrorregiões selecionadas (Norte, Central, Triângulo e Jequitinhonha/Mucuri) para efeito de análise. Em seguida faremos uma comparação entre tais estratégias, levando em conta indicadores socioeconômicos dessas macrorregiões na última década — mais precisamente entre 2000 e 2010. Utilizamos indicadores diretos, por serem mais elucidativos em relação a alguns indicadores agregados, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e, ainda, por estarem reunidos por macrorregião, ao contrário do IDH. Nessa perspectiva, procuraremos demonstrar, aqui, alguns aspectos importantes desse desenvolvimento desigual das macrorregiões de Minas Gerais.

O conceito de desenvolvimento é bastante complexo, abrangendo uma multiplicidade de variáveis que devem ser levadas em consideração. Para o desenvolvimento pleno de uma região é imperativa a junção de crescimento econômico e desenvolvimento social, visto que crescimento econômico

2. É digno de nota ressaltar a diferença entre “estratégias de desenvolvimento” e “modelo de desenvolvimento”. Estratégia de desenvolvimento pode ser entendida como um plano ou método colocado em prática com o objetivo de promover o desenvolvimento; modelo de desenvolvimento é algo mais amplo, faz referência a uma forma de se desenvolver, seja por meio da iniciativa privada, do Estado ou de forma natural.

— PIB, exportações etc. — nem sempre se traduz hegemonicamente em qualidade de vida para toda a população e, tampouco, em desenvolvimento social igualitário. O desenvolvimento social é tido como combate à pobreza, geração de emprego e renda, garantia à saúde, à educação, à assistência — ou seja, abrange uma gama de investimentos que vão muito além do crescimento econômico, buscando, principalmente, o bem-estar da população.

Optou-se, então, por dados de natureza econômica e social, já que estes possuem uma complementaridade de sentido, permitindo, assim, uma análise mais aprofundada do desenvolvimento e da diversidade socioeconômica do estado.

### Norte de Minas

O Norte de Minas Gerais engloba 86 municípios e possuía, em 2010, 1.610.413 habitantes.<sup>3</sup> Apesar de estar localizado na região Sudeste do Brasil, para efeitos de planejamento de políticas públicas está inserido na região do semiárido, também conhecida como área mineira do Nordeste brasileiro — isto devido às similaridades relacionadas ao clima, à vegetação e mesmo às características socioeconômicas dessas duas regiões.

O processo de ocupação por não índios e o desenvolvimento do Norte de Minas ocorreu impulsionado por dois fatores: a vasta quantidade de terras livres e a criação de gado. Ali se conflitaram, como na maior parte do Brasil, as três etnias principais na formação do país: indígenas, africanos e europeus — mas com grande preponderância das duas primeiras.

Ainda no século XVII foram formados os primeiros povoados na região, como Matias Cardoso, São Romão e Barra do Guaicuí. A primeira atividade econômica regional significativa foi a pecuária, responsável pela constituição dos primeiros povoados e pelo intercâmbio com outras regiões no tocante ao fornecimento do gado. A pecuária foi fundamental para abastecer tanto as plantações de cana do Nordeste como as atividades mineradoras de Minas Gerais. A região contou também com pontos de exploração mineradora, mas pouco significativos em comparação com as macrorregiões Central e Jequitinhonha.

As economias canavieira e, posteriormente, mineradora entraram em decadência. Por falta de demanda para o seu principal produto, o gado, a economia regional também entrou em declínio. Não existiam meios de transporte viáveis para embarcar o gado em direção aos grandes centros consumidores de então. Sendo assim, o Norte de Minas ficou relativamente isolado. Somente na primeira metade do século XX, com a construção da ferrovia que ligou a região ao restante do Brasil, foi rompido esse isolamento. Outro marco fundamental para o desenvolvimento regional foi a criação da Superintendência de

3. Informações contidas no site: [www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br).

Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que englobou também o Norte de Minas e contribuiu decisivamente para a modernização da pecuária e da agricultura por meio de grandes projetos de irrigação. A Sudene também foi fundamental para a industrialização de alguns municípios.

Contudo, anteriormente à construção da ferrovia, outras atividades se desenvolviam paralelamente à pecuária ao longo dos anos na região mineira do Nordeste, em forma de ciclos econômicos. Exemplo ilustrativo dessas atividades é o cultivo de algodão, que dinamizou a economia por décadas e contribuiu para o crescimento de algumas localidades. Porém, foi a construção da ferrovia que dinamizou amplamente a economia da região, principalmente as cidades ribeirinhas. A ferrovia ligou também a região ao restante do país, favorecendo, assim, a pecuária e a dinâmica populacional (PAULA *et al*, 2006).

Apesar de todas essas atividades, foi a criação da Sudene, na década de 1950, o grande marco na tentativa de impulsionar o desenvolvimento econômico do Norte de Minas Gerais. Nesse contexto, a Sudene criou uma abrangência específica para sua atuação, na qual o Norte de Minas estava incluído. “Ao definir sua área de atuação, a Sudene cria um conceito próprio de Nordeste, reafirmando a concepção de uma região de planejamento” (OLIVEIRA, 2000, p. 1).

A década de 1960 se configurou como uma época de transição, ou seja, um período de preparação dos municípios para se adequarem e, enfim, receberem os incentivos da instituição. Os grandes projetos se instalaram de fato na região somente a partir da década de 1970. Nesse contexto, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), outra agência de desenvolvimento criada para auxiliar o desenvolvimento regional, também atuou com a implantação de grandes projetos de irrigação. A Sudene e a Codevasf viabilizaram políticas de incentivos fiscais e financeiros para a promoção da atividade econômica, principalmente nos setores agroindustrial, de reflorestamento e de irrigação (PAULA *et al*, 2006).

Tais políticas propiciaram modernização tecnológica na agricultura e na indústria e também aumentaram a oferta de serviços públicos. Em contrapartida, verificou-se um aumento da concentração de terras e, conseqüentemente, dos conflitos sociais. Pequenos produtores, indígenas e quilombolas foram expulsos de suas terras, com a complacência do Estado, para favorecer o desenvolvimento da pecuária bovina de corte, juntamente com as atividades reflorestadoras (PAULA *et al*, 2006).

No Norte de Minas Gerais, a modernização no campo teve o seu início, segundo Feitosa e Barbosa (2005), quando foi inserida na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O governo federal liberou linhas de crédito para incrementar a agricultura irrigada, a monocultura de eucalipto e de algodão e pecuária extensiva. No entanto, esse modelo de modernização, inspirado na chamada “Revolução Verde”, agravou o endividamento e o

empobrecimento dos pequenos agricultores, além da degradação dos recursos naturais e da manutenção da concentração fundiária. Por outro lado, na década de 1970, o financiamento da Sudene, no Norte de Minas Gerais, beneficiou diretamente grandes empresários, industriais paulistas e estrangeiros, agricultores gaúchos e japoneses e empresas rurais. Houve, portanto, a exclusão da população rural pobre nesse processo de desenvolvimento. (MONÇÃO e MARTINS, 2008, p. 6)

A proposta de modernização do estado pela expansão da fronteira agrícola em direção ao Norte de Minas agravou o quadro de desigualdades sociais na região. A efetivação desta proposta “diminui a oferta de trabalho rural, aumentando os empregos temporários. A região passou a ser palco de conflitos constantes por posses de terras. As terras eram disputadas pelos trabalhadores e também pelos grileiros, muitas vezes com o apoio do Estado”. A intervenção do Estado por intermédio da Sudene, embora com o objetivo de superar o desequilíbrio socioeconômico, “beneficiou os grandes proprietários em detrimento dos trabalhadores rurais. A estrutura fundiária agravou a situação de opressão e ‘escravidão’ dos trabalhadores do campo” (PAULA *et al*, 2006).

Nos períodos correspondentes às décadas de 1950 e 1970 a pecuária era a atividade econômica predominante no Norte de Minas. A partir da década de 1970 outras atividades econômicas foram intensificadas, como a exploração das matas para a produção de carvão e a plantação de eucalipto — estas também desarticuladoras das pequenas unidades produtivas.

Entre as décadas de 1970 e 1990 houve um decréscimo considerável na população rural da região; a população urbana então começou a crescer a partir dos anos 1970 com o incremento da industrialização e a modernização agrícola. Nesse sentido, Costa (2008, p. 34) aponta que “as políticas públicas desenvolvidas pelas agências de estado foram eficazes em desarticular um modo de organização socioeconômica e desagregar, mas não apagar, as diversas culturas constituintes da realidade regional [...]”.

Os efeitos contraproducentes dos projetos realizados no Norte de Minas para promover o desenvolvimento são percebidos ainda hoje na realidade socioeconômica desta macrorregião. Nessa perspectiva, Monção e Martins (2008, p. 12) salientam que o Estado deve impulsionar o desenvolvimento a partir do “aproveitamento das potencialidades e dos recursos naturais existentes, na justa distribuição de renda, em uma reforma agrária que abasteça o mercado consumidor”.

A presença do Estado no desenvolvimento capitalista é fundamental e tem de ser considerada. Quando se trata de macrorregiões menos dinâmicas, como é o caso do Norte de Minas — isso em termos socioeconômicos —, a presença do Estado é imprescindível para alavancar o desenvolvimento econômico e social. Nesta perspectiva, sua inércia é muito mais sentida nestas macrorregiões do que em macrorregiões dinâmicas, como o Triângulo Mineiro e a Central.

## Vales do Jequitinhonha e Mucuri

A macrorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri se encontra na porção nordeste do estado, possui área de 85 mil km<sup>2</sup>, aproximadamente 1 milhão de habitantes e engloba 80 municípios.

No desenvolvimento da região podem ser identificadas, a partir do final do século XVII e no século XVIII, distintas formas de atividades econômicas, dentre elas o desmatamento para fins agropastoris, a mineração e a garimpagem. Tais atividades se diversificavam ao longo do Vale do Jequitinhonha.

No Alto Jequitinhonha, a partir do século XVIII, desenvolveu-se, a princípio, a mineração. Esta atividade contribuiu significativamente para o povoamento e a criação de novas vilas na região. Dessa forma, “várias foram as vilas criadas imediatamente após a descoberta de áreas de mineração, inclusive Vila do Príncipe, atual Serro, em 1714, e Minas Novas, em 1730” (SOUZA; NOGUEIRA, 2011, p. 10). Juntamente com a mineração, a agricultura de subsistência e a pecuária fazem parte do cenário de ocupação e desenvolvimento da região.

A ocupação do Médio e do Baixo Jequitinhonha ocorreu de forma distinta. A criação de gado e as lavouras garantiram ao Médio Jequitinhonha sua ocupação no século XIX, enquanto que, no Baixo Jequitinhonha, a ocupação se deu pela chegada dos militares, também no século XIX, que tinham como objetivo civilizar os índios que ali habitavam, garantir a colonização e impedir o contrabando de diamantes, por deliberação da Coroa portuguesa. Porém, com a diminuição gradativa da extração de diamantes nessa pequena área mineradora, sobressaiu a agricultura como principal ocupação dos moradores. Entretanto, apesar da grande importância da agricultura, com o passar dos anos a pecuária se tornou a principal atividade econômica do Baixo Jequitinhonha (SOUZA; NOGUEIRA, 2011).

Eram terras sem dono, mas que ao mesmo tempo eram de todos. Esse tipo de exploração coletiva durou até meados de 1930, quando o eucalipto surgiu como promessa de desenvolvimento da região. Os Vales do Jequitinhonha/Mucuri nos últimos três séculos, tiveram seu processo de ocupação e desenvolvimento bastante diversificado internamente, agregando numa só região várias formas de apropriação do espaço natural. A região possuía, até meados do século XX, integração econômica hidroviária pelos rios Jequitinhonha e Araçuaí, em grande parte incentivada por Teófilo Ottoni, importante nome da ocupação e do desenvolvimento regional no século XIX. Durante o século XX possuía também duas ligações ferroviárias — um ramal ligando Diamantina a Corinto, na região Central do estado, e outro ligando a cidade hoje denominada Teófilo Ottoni a Caravelas, no litoral baiano. Ambos foram desativados na década de 1970.

A agropecuária e os resquícios da mineração não bastaram para manter a atividade econômica em patamares suficientes para garantir o desenvolvimento

regional em relação à média do estado. Em meados do século passado a região ficou praticamente isolada economicamente. Restou a migração como estratégia de sobrevivência de milhares de trabalhadores — tanto a permanente como a sazonal: a primeira para as grandes metrópoles do país e a última para as lavouras do sul do estado e do interior de São Paulo. Apenas duas cidades permaneceram com razoável atividade econômica, em função, principalmente, de suas posições geográficas estratégicas: Diamantina (no Jequitinhonha) e Teófilo Ottoni (no Vale do Mucuri).

Muitas foram as alternativas propostas e executadas para a promoção do desenvolvimento nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, porém o grande marco de investimento no desenvolvimento desta região foi a produção de eucalipto, a partir da metade do século XX.

A proposta da monocultura de eucalipto veio como alternativa para tirar a macrorregião da estagnação e da pobreza. Porém, com o passar dos anos, apesar do perceptível crescimento econômico da região, este não trouxe equidade social a sua população. Pelo contrário, com o cultivo de eucalipto, famílias inteiras foram removidas de seus locais de origem, sem contar os efeitos perversos da diminuição das vazantes dos rios.

Ao percorrer a bacia, a equipe do Estado de Minas se deparou com casas abandonadas em vários pontos da zona rural, denunciando um êxodo que também é consequência do desaparecimento dos rios e córregos. [...] As causas [do desaparecimento de rios e córregos] são variadas: assoreamento, queimadas, monocultura de eucalipto no Alto Jequitinhonha, desmatamento para plantio de capim e destruição das matas ciliares. (RIBEIRO, 2012)

Outro efeito perverso da chegada da monocultura de eucalipto foi a desarticulação dos modos de vida e de cultivo das populações tradicionais. Elas veem seu estilo de vida se perder em meio ao “progresso” trazido pelo eucalipto. Antes disso a produção familiar era intensa; com a “invasão” do eucalipto esse tipo de produção está cada vez mais perdendo espaço (MONÇÃO; MARTINS, 2008)

A princípio, os efeitos da plantação de eucalipto foram positivos, uma vez que as famílias puderam permanecer em suas casas com emprego garantido. Entretanto, logo em seguida as consequências desastrosas apareceram.

Percebe-se, então, que a partir de discursos de “progresso” e de “modernização”, o Vale do Jequitinhonha foi sendo alvo de políticas de desenvolvimento cujo interesse principal era, estritamente, financeiro e de benefício transitório. Certamente, um grande contingente de pessoas foi mobilizado para trabalhar no plantio de eucalipto e na lavoura de café, permanecendo, dessa forma, em sua terra, sem a necessidade de migrar para o trabalho sazonal em lavouras no interior do estado de São Paulo. No entanto, uma série de problemas socioambientais foram desencadeados e agravados a partir da implantação desses “programas de desenvolvimento”. É

interessante perceber como esses fatores de “modernização do Vale” (reflorestamento, cafeicultura e fazendas de gado) foram contribuindo para o processo migratório da região e vêm, de certa forma, questionar as causas da pobreza do Vale do Jequitinhonha. (GUERRERO, 2009)

Para Souza e Nogueira (2011, p. 183), “as consequências insustentáveis desse modo de apropriação do espaço se refletem no êxodo rural, na favelização e na transformação acelerada das condições naturais nas áreas objeto desse modelo de desenvolvimento”.

Mesmo assim, no ano de 2012 foram investidos R\$ 180 milhões na plantação de mais 30 mil hectares de eucalipto, com o *slogan* do desenvolvimento para a região dos Vales do Jequitinhonha/Mucuri.<sup>4</sup>

Segundo Laschefski e Zhouri (2011), o desenvolvimento deve ser visto de outras formas, sob outros olhares. De acordo com esses autores, as iniciativas tomadas para promoção do desenvolvimento não estão atendendo às camadas mais pobres dessa região. Seria fundamental, segundo eles, que as estratégias formuladas levassem em conta a realidade cultural em que vive a população.

A sua rejeição aos projetos desenvolvimentistas não significa o desejo de estagnação ou de permanência em uma espécie de passado contínuo. Ao contrário, querem participar e produzir o desenvolvimento da região, mas com base nas condições locais, moldando o seu próprio destino. (LASCHEFSKI; ZHOURI, 2011, p. 186)

O que está em pauta, então, é para quê e para quem é esse “desenvolvimento” trazido pelo eucalipto. Sabemos que grande parte da população dos municípios cultivadores pouco ou nada tem sido afetada positivamente com a monocultura do eucalipto. É certo que a macrorregião teve um avanço em termos econômicos, ainda que insuficiente, mas os resultados sociais são ainda muito frágeis.

A força do grande capital do setor de celulose vem impondo a monocultura de eucalipto aos municípios afetados, mesmo com a resistência de suas populações. A agricultura familiar vem perdendo espaço e aqueles que vivem dela estão sendo obrigados a modificar seu modo de vida e produção (Plano de Desenvolvimento Territorial do Vale do Mucuri).

Nessa perspectiva, a população local, ao não aceitar os projetos vigentes, não está almejando a inércia, mas sim buscando uma nova forma de solução para seus problemas. As estratégias postas em prática na macrorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, especialmente a monocultura do eucalipto, foram relativamente eficazes em dinamizar a economia da região, porém grande parte da população ainda vive em condições socioeconômicas precárias. O desenvolvimento econômico de fato se realizou, ainda que de forma modesta, mas as desigualdades sociais não foram minimizadas de forma significativa.

4. Informações no site: <http://aranas.com.br/news/2012/02/mais-de-30-mil-hectares-de-eucalipto-serao-plantados-em-2012/>

## Macrorregião Central

A macrorregião Central possui 158 municípios; destes, 34 pertencem à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Sua população é de 6.971.049 habitantes e, deste total, grande parte se concentra na RMBH, que tem 4.883.970 habitantes<sup>5</sup> e é determinante no seu processo de desenvolvimento.

Belo Horizonte, a capital do estado, é o motor do desenvolvimento da macrorregião desde sua implantação, no final do século XIX. A ideia da mudança da capital de Ouro Preto para o local atual surgiu amparada em vários motivos econômicos e políticos.

O estado de Minas Gerais almejava, em meados do século XIX, apesar de não ser o motivo central da mudança, um grande avanço na industrialização. Porém, a capital, Ouro Preto, não comportava os desdobramentos que um pesado investimento em industrialização poderia acarretar, tais como o grande aumento da população e o colapso da infraestrutura então existente. Nas palavras de Otávio Dulci (1999, p. 41):

O projeto estava associado a metas desenvolvimentistas. Esperava-se que a nova capital viesse efetivamente a exercer o papel de centro de integração política e econômica do “mosaico mineiro”. E, além disto, esperava-se que a iniciativa da mudança contribuísse firmemente para colocar Minas Gerais na trilha do progresso. Perder a oportunidade — manter as coisas como estavam — era afastar-se dessa trilha, como acentuou nos debates o senador Afonso Pena, argumentando com o tema da reativação econômica regional para vencer resistências de última hora. Para ele, a mudança da capital para lugar apropriado permitiria ao governo impulsionar empreendimentos “que hão de repercutir por todas as zonas do estado”. A providência era necessária e, mais que isto, era urgente.

As metas dos desenvolvimentistas, mesmo no auge dos debates sobre a mudança da capital, não dimensionavam a enorme proporção a ser alcançada pelo processo de industrialização em Belo Horizonte. Além do aspecto econômico, os defensores da mudança acreditavam que a política de Minas Gerais se fortaleceria se a capital do estado passasse a ser centralizada geograficamente e que as decisões e os trâmites políticos iriam se beneficiar com essa mudança. Os idealizadores da transferência queriam um ar moderno para Minas, e conseqüentemente para a capital do estado, e Ouro Preto, então capital, lembrava nosso passado colonial.

Dessa forma, a centralidade geográfica da nova capital iria, além de modernizar o estado, integrar as diversas regiões de Minas Gerais.

5. Informações disponíveis no site: [www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br).

A tese da centralidade geográfica figurava como uma estratégia para assegurar a integridade territorial. Predominava uma percepção de que Minas Gerais constituía uma

verdadeira colcha de retalhos, ideia que será reforçada posteriormente pela historiografia, resultado de seu desenvolvimento desigual, sem qualquer conexão econômica entre as suas diferentes regiões. (JULIÃO, 2011, p. 122)

Amparada nesses diferentes e complementares argumentos, em 1897 a nova capital do estado foi inaugurada com o nome de Cidade de Minas Gerais — só mais tarde, por clamor popular, viria a se chamar Belo Horizonte.

A macrorregião Central de Minas Gerais teve três principais atividades produtivas industriais até a primeira metade do século XX: a mineração, a siderurgia e a indústria têxtil. A mineração aurífera subterrânea, nos séculos XVIII e XIX, foi alvo de vários investimentos, principalmente da Inglaterra, transformando seu perfil na região e igualando-o, dessa forma, aos observados na Europa. A siderurgia se originou da produção doméstica do século XVIII; no século XIX, mesclou contribuições africanas com inovações europeias até chegar à produção de ponta no século XX.

Entretanto, o desenvolvimento e a ocupação da região Central de Minas Gerais se devem principalmente à instalação de complexos industriais na década de 1940. A partir desse momento, a região foi alvo de grandes incentivos por parte do governo para atrair indústrias. O objetivo de tais incentivos era dinamizar a economia de Minas, gerando mais emprego e renda na região.

O grande episódio da década de 1940 foi a elaboração em 1947 do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (Governo do Estado de Minas Gerais, 1947), cuja principal indicação era de que a saída para o atraso econômico do estado estava na industrialização. Tal plano também é importante porque representa a precocidade de Minas Gerais no planejamento econômico. (GARCIA; ANDRADE, 2006, p. 5)

Mesmo com os incentivos por parte do governo, somente a partir de 1950 a região começou a colher, de fato, os frutos positivos da industrialização. Isso porque até a década de 1940 havia diversos empecilhos para o desenvolvimento industrial regional, dentre eles a precária eletrificação e a falta de transportes adequados.

A criação da cidade industrial de Contagem em 1941 representou uma grande iniciativa por parte do governo mineiro. O objetivo era o de atrair indústrias para a área central de Minas Gerais. Entretanto, tal esforço mostrou-se pouco efetivo, dado que ainda permaneciam os principais obstáculos ao desenvolvimento do estado, que eram a falta de energia e de uma rede de transportes adequada, problemas esses que seriam efetivamente enfrentados a partir da década de 1950. (GARCIA; ANDRADE, 2006, p. 159)

Nessa perspectiva, o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da

Produção, apesar de deficiente em alguns aspectos, foi fundamental para viabilizar a instalação de indústrias na região, uma vez que tomou iniciativas facilitadoras para o funcionamento das mesmas.

Portanto, a partir da década de 1950 a instalação de indústrias engrenou de fato, gerando um grande fluxo populacional até a década de 1970. Neste período houve uma vultosa geração de emprego e renda na região. “Nos anos 1970, o fenômeno conhecido como a nova industrialização, que apresentou altas taxas de crescimento econômico, teve concentração significativa na região de Belo Horizonte, repercutindo também em altas taxas de crescimento demográfico.”<sup>6</sup>

Porém, a partir dos anos 1980, o fluxo populacional vivenciado pela RMBH diminuiu, com uma desconcentração da população na capital mineira em detrimento do adensamento populacional de cidades circunvizinhas, em especial nos municípios contíguos à capital.

Nesse contexto, a RMBH teve papel preponderante no desenvolvimento da macrorregião Central do estado de Minas Gerais, uma vez que foi nesta onde se concentrou o maior número de indústrias, especialmente na capital, Belo Horizonte. Mesmo as cidades circunvizinhas não industrializadas se beneficiaram, visto que a proximidade em relação à capital facilitou a utilização das mesmas como “cidades dormitório”.

A implantação de grandes indústrias na RMBH foi determinante para o seu desenvolvimento. Plantas industriais como a da Mannesmann (1952), em Belo Horizonte, e a da Fiat (1976), em Betim, foram indutoras da criação de centenas de médias e pequenas indústrias. A concentração industrial, juntamente com a ampliação da burocracia estatal na capital, reforçaram um ciclo virtuoso de desenvolvimento regional.

Em suma, a região Central teve um desenvolvimento privilegiado em relação a outras macrorregiões de Minas. A industrialização trouxe garantia de emprego e renda, assim como maior diversidade nos transportes, na eletrificação, na saúde, na educação, dentre outros. Nesse contexto, os incentivos por parte do Estado foram de fundamental importância para aumentar o parque industrial e a qualidade de vida da população. No entanto, a RMBH convive com muitas consequências indesejáveis para a população, como as demais regiões metropolitanas do país — violência urbana, trânsito caótico e proliferação de favelas.

### Triângulo Mineiro

O Triângulo Mineiro possui 1.489.129 habitantes distribuídos em 66 municípios<sup>7</sup> e é uma das macrorregiões de planejamento com melhores índices sociais e econômicos de Minas Gerais. Sua excelente localização contribuiu significativamente para a acumulação de capital na região e para que seu desenvolvimento

6. Informações contidas no site: [www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br).

7. Informações disponíveis no site: [www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br).

ocorresse de forma mais intensa em relação a outras macrorregiões de Minas.

Essa região se encontra no centro do país e faz divisa com os estados de São Paulo e Goiás, além de estar localizada próximo à capital do país. Possui grande expressão política, acúmulo de capital significativo e proximidade com duas grandes regiões consumidoras: a Grande São Paulo e Brasília.

O processo de desenvolvimento da região se originou com os tropeiros e mineradores. Era ponto de passagem dos bandeirantes em direção à área central do Brasil nos dois primeiros séculos de ocupação portuguesa. Até 1748, chamada de Sertão da Farinha Podre, pertenceu a São Paulo. Nesse ano passou para a capitania de Goiás e ganhou o nome de Julgado do Desemboque. Somente no início do século XIX tornou-se parte de Minas Gerais.

O Triângulo Mineiro é a macrorregião mais dinâmica do estado depois da Central. Como é interiorana, em muitos casos possui indicadores sociais superiores aos da macrorregião Central. Um exemplo é a cidade de Uberlândia, que possui 100% de tratamento de esgoto. A economia regional é focada na distribuição de mercadorias de forma geral. Hoje possui um grande parque industrial, mas o seu desenvolvimento ocorreu centrado nas atividades comerciais. Inicialmente a região começou a fornecer gado e produtos agrícolas para os viajantes.

A formação econômica da região do Triângulo Mineiro teve origem na atividade comercial nascida para abastecer os tropeiros e mineradores que viajavam entre São Paulo e o Centro-Oeste. A intermediação do comércio entre essas duas regiões foi a atividade econômica mais importante na formação e desenvolvimento socioeconômico do Triângulo. (MARTINS, JÚNIOR e OLIVEIRA, 2007, p. 3)

Além desse primeiro passo rumo ao desenvolvimento, alguns episódios foram de fundamental importância no crescimento do Triângulo Mineiro, como a implementação da estrada de ferro e a construção e a mudança da capital do Brasil para Brasília. Tais fatos contribuíram para a dinamização da economia e, conseqüentemente, para a atração de mais investimentos.

A primeira ferrovia da região pertencia à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, com sede em São Paulo, constituída em 1872 com capitais originários dos produtores de café. Em 1890 foi confirmado o prolongamento da estrada de ferro até a cidade de Catalão, no estado de Goiás. A partir de então estava implantada a ferrovia no Triângulo Mineiro.

A ferrovia veio reformular a organização socioeconômica do Triângulo e, ao mesmo tempo, redefinir o papel de suas cidades na divisão inter-regional do trabalho. A chegada desta até Uberaba significava o estabelecimento dos caminhos econômicos modernos. Estava superada a rota fluvial, que fez também de Frutal uma cidade (1885), e estabelecido o domínio de Uberaba sobre todo o território triangulino, matogrossense e goiano. (GUIMARÃES, 2004, p. 10)

Com a chegada da ferrovia ao Triângulo, toda a hierarquia da região foi reformulada e ela ficou em contato permanente com a economia do estado de São Paulo, constituindo-se em entreposto comercial com o Centro-Oeste do Brasil.

A partir da década de 1920, outra linha férrea entrou em cena, a Estrada de Ferro Oeste de Minas. Enquanto a Estrada de Ferro Mogiana beneficiou principalmente as cidades de Uberaba e Araguari, a partir deste período foi a vez das cidades de Araxá e Patrocínio desfrutarem das vantagens oriundas da instalação de uma ferrovia. A chegada dessas duas estradas de ferro ao Triângulo Mineiro teve dois impactos na região. Guimarães (2004, p. 13) afirma:

Portanto, a chegada das ferrovias no Triângulo teve duplo impacto. De um lado, este meio de transporte, pela sua capacidade de transformação, separava as localidades integradas à economia mercantil-capitalista daquelas que continuariam fadadas ao anacronismo. De outro lado, as duas ferrovias, pela segmentação que operaram no mercado regional, separaram o Triângulo Mineiro e duas áreas com características bastante distintas, uma integrada à dinâmica paulista e outra complementar à economia mineira-fluminense.

A inauguração da Capital Federal, Brasília, em 1960, fez emergir uma nova dinâmica no Triângulo Mineiro. A partir de então teve início uma série de investimentos em infraestrutura, transportes, energia, comunicação, dentre outras providências favoráveis à região, principalmente em se tratando da agropecuária. Dessa forma, enquanto o Brasil se encontrava no final da década de 1970 e década de 1980 num período de desaceleração econômica, o Triângulo Mineiro vivia o auge de sua economia, consolidando a economia agroexportadora (GUIMARÃES, 2004).

Ainda hoje, o agronegócio é a atividade de maior relevância no Triângulo Mineiro, agregando a agropecuária, a agroindústria e o comércio atacadista. “Na pecuária, o município de Iturama apresenta o maior rebanho bovino e de produção leiteira do estado. Destacam-se ainda a produção leiteira de Frutal e o rebanho suíno e produção de ovos de galinha da região de Uberlândia” (AMARAL, LEMOS e CHEIM, 2006, p. 16).

A agroindústria canavieira é uma atividade de significativa relevância no cenário econômico da região e ganha cada vez mais espaço devido à possibilidade de o Brasil vir a ser um expressivo exportador de etanol. “Foram identificadas 33 usinas no Triângulo Mineiro, sendo que deste total 15 estão em atividade, e 18 usinas estão em fase de construção” (SOUZA; CLEPS JÚNIOR, 2009, p. 5). Tal atividade é a responsável por essa região possuir um elevado PIB em relação às demais macrorregiões de Minas Gerais, assim como vários outros indicadores superiores.

Entretanto, é preciso atenção especial para essa questão, uma vez que a expansão dessa atividade poderá acarretar problemas estruturais e ambientais

na região. Segundo Souza e Cleps Júnior (2009) o crescimento demográfico que provavelmente ocorrerá necessitará de políticas públicas para atender às demandas de saúde, educação e lazer. E ainda,

sabe-se que o cultivo de cana poderá provocar impactos ambientais como a perda da qualidade da terra em função do uso constante dos nutrientes do solo e também pela aplicação de agrotóxico, que porventura poderá desencadear a desvalorização da terra e torná-la improdutiva para o plantio de outras culturas futuramente. (SOUZA e CLEPS JÚNIOR, 2009, p. 15).

O comércio atacadista, por sua vez, ainda hoje é de forte expressão para a economia da região. A posição privilegiada do Triângulo Mineiro em relação aos grandes centros do país favorece a expansão do comércio. Segundo Brandão (*apud* CLEPS, 2005, p. 167), “o elemento responsável pelo processo de integração do Triângulo Mineiro ao mercado nacional, principalmente após a crise de 1929, foi o capital comercial acumulado aliado à situação privilegiada de fronteira”.

Dessa forma, o desenvolvimento de atividades ligadas à pecuária, juntamente com a agroindústria e o comércio atacadista, fez do Triângulo Mineiro uma das macrorregiões mais desenvolvidas de Minas Gerais. Desde a gênese do seu desenvolvimento a região foi privilegiada por ser fronteira de polos dinâmicos do país e ainda por atrair montantes significativos de investimentos em tais atividades.

## O desenvolvimento comparado

Para melhor compreender as desigualdades entre as macrorregiões de planejamento de Minas Gerais será feita uma exposição e análise de dados sociais e econômicos da última década destas macrorregiões. Neste momento, o objetivo de expor tais dados é mostrar a relação existente entre o histórico de desenvolvimento vivenciado nessas regiões com os índices socioeconômicos apresentados pelas mesmas atualmente.

Dessa forma, cabe salientar que os resultados são relativos à posição de cada macrorregião em um ranking entre elas, e não uma simples denominação de desenvolvida e não desenvolvida, superior ou inferior. Analisar de forma comparada tais dados nos permitirá perceber uma maior dimensão das desigualdades regionais em Minas Gerais.

Nessa perspectiva, estão relacionados indicadores econômicos e sociais, pois ambos possuem uma complementaridade de sentido, permitindo uma análise mais profunda da realidade de Minas Gerais. As variáveis analisadas são renda *per capita*, PIB *per capita*, educação e saneamento básico.

### **Renda *per capita***

Em relação à renda *per capita* das macrorregiões de Minas Gerais, vê-se na Tabela 1 as disparidades de renda que se configuram no estado. O fator industrial, a concentração de atividades econômicas mais importantes, mesmo na agricultura — como no caso da atividade cafeeira —, explica a disparidade de renda entre as macrorregiões.

No Norte de Minas e no Vales do Jequitinhonha/Mucuri encontram-se as menores rendas *per capita* de Minas — respectivamente, R\$ 455,33 e R\$ 431,75. Nas macrorregiões Central (R\$ 961,82) e Triângulo (R\$ 908,04) são verificadas as maiores rendas *per capita* do estado. Da mesma forma, disparidades extremamente acentuadas como as citadas são encontradas entre as macrorregiões brasileiras, onde as regiões Norte e Nordeste possuem renda *per capita* média de R\$ 636,43 e R\$ 506,73, respectivamente, enquanto as macrorregiões Sul (R\$ 944,49) e Sudeste (R\$ 937,76) possuem rendas consideravelmente elevadas,<sup>8</sup> superando inclusive a média nacional, de R\$ 830,85.

Na média, a renda *per capita* de Minas Gerais em 2010 era um pouco abaixo da renda *per capita* brasileira. No entanto, dentre as macrorregiões administrativas, temos macrorregiões com renda *per capita* equivalente à dos estados mais pobres do país, assim como macrorregiões com renda *per capita* muito próxima da renda dos estados mais dinâmicos economicamente. Exemplos ilustrativos são a macrorregião Norte de Minas, onde a renda *per capita* média equivale à do Piauí (Nordeste), R\$ 447,17, e a do Triângulo Mineiro, cuja renda se assemelha à do estado do Rio Grande do Sul (Sul), que é de R\$ 971,59.<sup>9</sup>

A análise da evolução da renda *per capita* das macrorregiões de planejamento de Minas Gerais no período de 2000 a 2010 apresenta algumas peculiaridades, como um maior crescimento da renda das macrorregiões tradicionalmente menos dinâmicas economicamente, como os Vales do Jequitinhonha/Mucuri e a região Norte, ao passo que macrorregiões como o Triângulo e o Sul, historicamente mais dinâmicas economicamente, tiveram menor crescimento no período. Este maior recrudescimento nas macrorregiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e no Norte de Minas ocorreu em função do acentuado crescimento da renda das classes D e E em especial, devido ao aumento real do salário mínimo, à redução do desemprego e aos programas de transferência de renda do governo federal, que têm impactos maiores nas macrorregiões menos dinâmicas.

8. Fonte: IBGE, Censo 2000 e Sinopse dos Resultados do Censo 2010. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

9. Fonte: IBGE, Censo 2000 e Sinopse dos Resultados do Censo 2010. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

Tabela 1. Renda per capita das macrorregiões de Minas Gerais, 2000 – 2010

MACRORREGIÃO	2000	2010	Taxa média de crescimento anual 2000 a 2010 (%)
Central	R\$ 663,25	R\$ 961,82	3,79%
Triângulo	R\$ 677,75	R\$ 908,04	2,97%
Alto Paranaíba	R\$ 573,65	R\$ 761,04	2,87%
Sul	R\$ 564,71	R\$ 727,66	2,57%
Centro Oeste	R\$ 526,53	R\$ 721,28	3,20%
Mata	R\$ 499,26	R\$ 710,11	3,59%
Noroeste	R\$ 448,92	R\$ 622,67	3,33%
Rio Doce	R\$ 412,76	R\$ 599,69	3,81%
Norte	R\$ 260,30	R\$ 455,33	5,75%
Jequitinhonha/Mucuri	R\$ 244,23	R\$ 431,75	5,86%
Minas Gerais	R\$ 539,86	R\$ 773,41	3,66%
Brasil	R\$ 580,22	R\$ 830,85	3,66%

Fonte: IBGE, Sinopse dos Resultados do Censo 2010.  
Elaboração: Fundação João Pinheiro.

**10.** A renda *per capita* pode camuflar desigualdades na distribuição de renda. Dessa forma, para interpretar de forma mais fiel a realidade, é conveniente associá-la a outros indicadores.

Apesar de a renda *per capita* ser um indicador impermeável<sup>10</sup> em relação às desigualdades sociais, ela ilustra significativamente as diferenças econômicas entre as macrorregiões de Minas Gerais. O lento crescimento econômico do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha/Mucuri aponta um problema histórico. Essas grandes extensões territoriais não conseguiram acompanhar o dinamismo econômico das macrorregiões mais dinâmicas economicamente. Salvo raras exceções, como os municípios de Montes Claros e Pirapora, no Norte de Minas, essas macrorregiões ainda estão mais próximas do Nordeste que do Sudeste tanto em termos econômicos como sociais.

### Produto Interno Bruto (PIB)

O PIB é um indicador muito utilizado na macroeconomia. É a soma de todos os bens produzidos por um país, ou no contexto deste artigo, de uma região. O PIB *per capita* é o Produto Interno Bruto dividido pela quantidade de habitantes de um país, ou município ou região.

Na Tabela 2 verificamos que a região Norte possuía, em 2010, um dos menores PIBs *per capita* dentre as macrorregiões de Minas Gerais. No tocante ao PIB e ao PIB *per capita* das macrorregiões, a Tabela 2 mostra que o PIB da região Central em 2010 era extremamente elevado em relação às demais macrorregiões. Isso se deve ao fato de a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) estar incluída na região Central.

Os dados apresentados mostram ainda uma grande disparidade entre as macrorregiões. Quando analisamos comparativamente o PIB e o PIB *per capita* das macrorregiões notamos que, quando se trata do PIB, as macrorregiões Sul e Triângulo estavam no topo da lista, obviamente abaixo da região Central. Porém, quando se analisa o PIB *per capita*, verifica-se que o Triângulo ainda continuava no topo, juntamente com as macrorregiões Central e Alto Paranaíba, ao passo que o PIB *per capita* da região Sul (R\$ 16.861,68) difere consideravelmente, de forma negativa, em relação às macrorregiões acima citadas.

A região dos Vales do Jequitinhonha/Mucuri e a região Noroeste apresentavam, em 2010, PIB semelhante — em torno de R\$ 6 bilhões. Todavia, quando se compara tais macrorregiões levando-se em consideração o PIB *per capita*, a primeira possui o menor PIB *per capita* dentre todas, enquanto que em relação à última constata-se um valor considerável, de R\$ 16.378,63. Nessa perspectiva, o valor do PIB do Norte no ano de 2010 era bem mais alto que o dos Vales do Jequitinhonha/Mucuri; contudo, o PIB *per capita*, apesar de ligeiramente superior, é tão baixo quanto o deste.

**Tabela 2. PIB e PIB per capita das macrorregiões de Minas Gerais – 2010**

MACRORREGIÃO	Produto Interno Bruto (R\$ mil)	PIB <i>per capita</i> (R\$)
Triângulo	39.132.392	26.342,91
Central	166.774.622	23.927,99
Alto Paranaíba	13.560.351	20.681,83
Sul	43.651.745	16.861,68
Noroeste	6.000.868	16.378,63
Centro-Oeste	15.510.992	13.845,86
Rio Doce	20.980.573	12.945,06
Mata	25.629.192	11.782,16
Norte	13.578.407	8.430,72
Jequitinhonha/Mucuri	6.561.763	6.547,04
Minas Gerais	351.380.905	17.931,89

Fonte: www.fjp.gov.br

### Saneamento básico

A Tabela 3 mostra a região Norte, em 2011, como a que ostenta o menor percentual de domicílios com rede coletora de esgoto ou pluvial como forma de escoadouro do banheiro. Essa macrorregião possuía como segunda alternativa mais usada nos domicílios a fossa rudimentar — 34,3% dos domicílios norte-mineiros ainda usam esta alternativa como forma de escoadouro do banheiro. Os Vales do Jequitinhonha/Mucuri, apesar de não terem uma realidade desejável no ano de 2011 em se tratando de saneamento básico — visto que

aproximadamente 30% dos domicílios desta macrorregião ainda não tinham rede coletora de esgotos ou pluvial como forma de escoadouro do banheiro —, em relação às demais macrorregiões não apresentaram um percentual expressivamente inferior. Nas macrorregiões do Triângulo, Sul e Alto Paranaíba, em 2011, a maioria dos domicílios possuía, como forma de escoadouro do banheiro, “rede coletora de esgoto ou pluvial” acima de 80%. Na macrorregião Central, também em função do exacerbado número de favelas, quando se trata da forma de escoadouro do banheiro encontra-se um número negativo — levando-se em consideração o histórico de excelentes indicadores — de 77,90% de domicílios que utilizam a “rede coletora de esgoto ou pluvial”.

Tabela 3 - Forma de escoadouro do banheiro, em percentual

MACRORREGIÃO	Rede coletora de esgotos ou pluvial	Fossa séptica ligada à rece	Fossa séptica não ligada à rece	Fossa rudimentar	Vala	Direto para rio ou lago	Outro
Alto Paranaíba	83,6%	1,0%	4,4%	9,6%	1,0%	0,3%	0,1%
Sul	81,8%	0,7%	6,3%	8,3%	0,4%	2,4%	0,2%
Triângulo	80,5%	5,2%	3,2%	10,5%	0,1%	0,3%	0,1%
Centro Oeste	79,1%	0,5%	5,7%	14,0%	0,3%	0,5%	0%
Rio Doce	78,3%	1,3%	5,5%	7,8%	1,1%	5,7%	0,3%
Central	77,9%	0,9%	6,4%	11,9%	0,3%	2,3%	0,3%
Jequitinhonha/Mucuri	69,5%	0,4%	6,4%	16,2%	1,4%	5,0%	1,1%
Zona da Mata	66,7%	0,8%	2,1%	7,0%	1,8%	21,4%	0,2%
Noroeste	49,3%	4,7%	13,3%	31,5%	1,0%	0%	0,1%
Norte	44,4%	3,3%	17,4%	34,3%	0,1%	0,1%	0,4%
Média Minas Gerais	73,9%	1,6%	6,60%	13,8%	0,6%	3,2%	0,3%

Fonte: PAD - MG 2011

## Educação

Em relação às dez macrorregiões de Minas Gerais, vê-se na Tabela 4 que a macrorregião com o maior percentual de analfabetos, em 2011, era a dos Vales do Jequitinhonha/Mucuri, com 19,5% de sua população sem saber ler e escrever. O Norte de Minas não fica atrás, com 15% de analfabetos na população. Já o percentual de analfabetos nas macrorregiões Triângulo e Central é bem menor, girando em torno de 8% — abaixo da média do estado, que é de 10,6% de analfabetos.

**Tabela 4. Analfabetismo\* por macrorregião**

MACRORREGIÃO	Analfabetismo
Triângulo	7,9%
Central	8,3%
Alto Paranaíba	8,4%
Sul	8,6%
Centro Oeste	8,8%
Zona da Mata	11,5%
Noroeste	11,9%
Rio Doce	12,6%
Norte	15,2%
Jequitinhonha/Mucuri	19,5%
<b>Média de Minas Gerais</b>	<b>10,6%</b>

Fonte: PAD-MG 2011

\*Foram analisados casos de pessoas com 10 anos ou mais de idade.

A persistência do analfabetismo é uma marca da herança intergeracional entre as pessoas mais pobres no país, assim como o é em Minas Gerais. As diferenças regionais no que diz respeito à alfabetização são preocupantes. Contudo, o fato de 10,6% da população de Minas Gerais acima de dez anos de idade no ano de 2011 não saberem ler e escrever evidencia uma enorme barreira para a distribuição de renda via mercado de trabalho — uma vez que a população do estado é de 19.597.330 pessoas<sup>11</sup> e aproximadamente 2 milhões delas não sabem ler e escrever. Esses números são preocupantes no momento de retomada do crescimento econômico. Para os analfabetos sobram ocupações marcadamente manuais, muito exaustivas e de restrita remuneração. O rompimento da transferência intergeracional da pobreza passa, necessariamente, pela garantia de uma escolarização mínima de toda a população.

### Considerações finais

As diferentes ações para promoção do desenvolvimento implementadas ao longo da história nas macrorregiões de planejamento Norte, Jequitinhonha/Mucuri, Central e Triângulo estão refletidas nos dados sociais e econômicos das mesmas referentes à última década.

O quadro social e econômico dessas diferentes macrorregiões de Minas Gerais é fruto, em grande parte, das estratégias de desenvolvimento trilhadas em cada uma delas — mesmo de forma implícita, na maioria das vezes, mas a sociedade fez suas opções em termos de desenvolvimento.

11. Dado retirado da tabela síntese de renda *per capita* — RPC, 2010, disponível no site: [www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br).

No Norte de Minas, as estratégias para promover o desenvolvimento se deram, principalmente, por meio da intervenção do Estado, via Sudene. Nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, o marco da tentativa de desenvolver a macrorregião foi a monocultura de eucalipto, por meio de parceria do estado com a iniciativa privada. Na macrorregião Central, a industrialização foi a principal estratégia de desenvolvimento; porém, a centralidade do poder e das decisões também foi fundamental para dar uma dinâmica socioeconômica superior às demais macrorregiões do estado. No Triângulo Mineiro o próprio mercado e a localização privilegiada deram a dinâmica para promover o desenvolvimento, otimizado, principalmente, com ações da iniciativa privada.

Os incentivos governamentais recebidos pelo Norte de Minas por intermédio da Sudene não produziram o êxito esperado. As maiores indústrias implantadas no período encerraram suas atividades ainda no século passado. Os grandes projetos de irrigação, mesmo depois de décadas, ainda não produzem o esperado. Não se levou em consideração as potencialidades locais, o modo de vida das populações, o conhecimento local e as peculiaridades regionais. O resultado é o aumento da concentração de renda na região, a continuidade do êxodo rural e a permanência de indicadores sociais abaixo da média estadual.

Os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, por sua vez, tiveram como grande estratégia de desenvolvimento a implantação da monocultura de eucalipto. Apesar da promessa de progresso, desastrosas foram as consequências dessa prática, de forma geral. Modos de vida foram desarticulados, a economia permaneceu estagnada e pouco diversificada até recentemente, e, ainda, milhares de agricultores foram expulsos de suas terras devido à diminuição da vazão dos rios. A silvicultura do eucalipto deixou um enorme passivo social e ambiental na macrorregião dos Vales do Jequitinhonha/ Mucuri.

O desenvolvimento induzido pelo financiamento público e o investimento direto via Sudene no Norte de Minas produziu um efeito importante, mas pouco significativo, a ponto de não ter sido capaz de alterar de forma significativa os indicadores sociais regionais. A monocultura do eucalipto também não foi capaz de proporcionar um desenvolvimento significativo nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. O resultado das estratégias de desenvolvimento vivenciadas nessas macrorregiões está refletido nos dados socioeconômicos apresentados, ou seja, essas macrorregiões possuem, de forma geral, os piores indicadores socioeconômicos de Minas Gerais.

Em contrapartida, nas regiões Central e Triângulo Mineiro as estratégias de desenvolvimento tiveram resultados mais satisfatórios. Na primeira, a industrialização dinamizou a economia, gerando emprego e renda e melhorando a infraestrutura. Na última, os incentivos governamentais levaram em conta o potencial já estabelecido na região, levando a mesma a se tornar um importante polo agroexportador do país.

O êxito nas estratégias de desenvolvimento é notável quando analisamos a situação socioeconômica dessas macrorregiões hoje. Elas possuem, de forma geral, os melhores índices socioeconômicos de Minas Gerais.

Analisar os dados socioeconômicos e comparar as estratégias de desenvolvimento das macrorregiões permitiu identificar algumas lacunas deixadas pelas políticas de desenvolvimento. As discrepantes desigualdades regionais em Minas Gerais são fruto, em parte, das opções realizadas no processo de desenvolvimento de cada uma delas. A análise do processo de constituição das desigualdades regionais do estado é um passo importante tanto para a compreensão das diferenças como das ações em busca de maior equidade regional.

§

## Referências bibliográficas

- AMARAL, Pedro; LEMOS, Mauro; CHEIM, Flávia. *Desenvolvimento desigual em Minas Gerais*. 2006. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br>. Acesso em janeiro de 2013.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de (Org.). *Como Anda Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodas-metropoles.ufjr.br>. Acesso em: Jul. 2013.
- CLEPS, Geisa Daise Gumiero. *Estratégias de reprodução do capital e as novas espacialidades urbanas: o comércio de autosserviço em Uberlândia (MG)*. Tese (doutorado). 317p. Rio Claro (SP). 2005..
- COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjugação de duas lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (org.). *Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997, p. 77-98.
- DULCI, Otavio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- GARCIA, Júnior Ruiz; ANDRADE, Daniel Caixeta. *Panorama geral da industrialização em Minas Gerais (1970 – 2000)*. 2007. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br>. Acesso em janeiro de 2013.
- GUERRERO, Patrícia. Vale do Jequitinhonha: a Região e Seus Contrastes. In: *Revista Discente Expressões Geográficas*, n. 5, ano V, p. 81-100. Florianópolis, maio de 2009. Disponível em: <http://www.geograficas.cfh.ufsc.br>. Acesso em janeiro de 2013.
- GUIMARÃES, Eduardo Nunes. *A influência paulista na formação econômica e social do Triângulo Mineiro*. 2004. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br>. Acesso em janeiro de 2013.
- JULIÃO, Letícia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da capital de Minas Gerais. In: *História*. São Paulo, n. 1, vol. 30, 2011. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 20 de janeiro de 2014.
- LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andréa. Desenvolvimento, água e mudança social: Experiências no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). *Vale do Jequitinhonha – Desenvolvimento e sustentabilidade*. Belo Horizonte: UFMG-PROEX, 2011.
- MARTINS, Humberto E. P.; BERTOLUCCI JÚNIOR, Luiz; OLIVEIRA, Polyana Lara de. *Urbanização, migração e emprego: Uma análise de municípios no Triângulo Mineiro e Sul de Minas*. 2007. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em janeiro de 2013.
- MARTINS, Marcos Lobato. Os futuros do passado: projetos oitocentistas para o desenvolvimento do “Norte de Minas”. In: SOUZA, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (orgs.). *Vale do Jequitinhonha – Desenvolvimento e sustentabilidade*. Belo Horizonte: UFMG-PROEX, 2011.
- MONÇÃO, Kátia Maria Gomes; MARTINS, Herbert Toledo. *O norte de Minas Gerais agrário: Os antagonismos das relações entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social de sua população rural*. 2008. Disponível em: <http://www.coloquiointernacional.unimontes.br>. Acesso em janeiro de 2012.
- OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O Nordeste Começa em Minas. In: *Revista do Legislativo*. n. 28, abril/setembro de 2000. Disponível em: <http://www.almg.gov.br>. Acesso em janeiro de 2013.
- PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de et al. *A região mineira do Nordeste*. XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Rio de Janeiro, 2006.
- RIBEIRO, Luiz. *A seca corre pelo Vale do Jequitinhonha e Mucuri*. 2012. Disponível em: <http://www.em.com.br>. Acesso em janeiro de 2012.
- SARTORI, Giovanni. *Comparación y método comparado*. 1994. Disponível em: [www.scribd.com](http://www.scribd.com). Acesso em 7 de setembro de 2012.
- SISTEMA de Informações Territoriais. Plano de Desenvolvimento Territorial do Vale do Mucuri. Disponível em: [www.sit.mda.gov.br](http://www.sit.mda.gov.br). Acesso em: Julho de 2013.
- SOUZA, Andréza Gomes de; CLEPS JÚNIOR, João. *O desenvolvimento da agroindústria canavieira no triângulo mineiro e seus impactos sobre mão de obra e a produção de alimentos*. In: *XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*. São Paulo, 2009. p. 1 - 16.
- SOUZA, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (orgs.). *Vale do Jequitinhonha – Desenvolvimento e sustentabilidade*. Belo Horizonte: UFMG-PROEX, 2011.

Recebido em 08/05/2014  
e aceito em 08/07/2014